

Bresser diz que FMI prejudicou México e Argentina

Eliane Cantanhede

CIDADE DO MÉXICO — O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, voltou à tarde para o Brasil com importante argumento contra a negociação da dívida externa via Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo ele, México, Argentina e Filipinas, que optaram por esse caminho, estão agora “absolutamente insatisfeitos” e isso prova que “o acordo com o Fundo não serve ao Brasil, definitivamente”.

— Não iremos ao Fundo antes de fazer acordo com os bancos. Esta é uma decisão que já está tomada — declarou o ministro da Fazenda, que na véspera apurara, em uma hora de conversa com seu equivalente mexicano, Gustavo Petriccioli, que o México teve um crescimento negativo de 3,8% no ano passado e vai crescer apenas 1% este ano, com uma população que cresce 2%, enquanto o do Brasil foi de 8% e deve ficar em 5% em 1987.

Bresser confirmou que a proposta brasileira de negociação com os bancos credores envolve *spread* zero, novos empréstimos de 7,2 bilhões de dólares, refinanciamento dos juros e retirada dos pequenos bancos (*exit bonds*). Entretanto, explicou que não há prazos definidos de pagamento, que poderão ficar “entre 20 a 25 anos, embora o ideal fossem 50 anos”.

Ele falou, também, de inconvenientes da já desucartada negociação via, primeiramente, FMI. “Queremos que o Fundo empreste 1 bilhão de dólares para o Brasil e que os bancos internacionais emprestem 7,2 bilhões. Se permitirmos que haja vinculação entre os dois, o Fundo pode resolver suspender os empréstimos e os bancos farão o mesmo. Isso não é razoável. O Brasil não aceita isso.”

O que seria “razoável, inteligente e interessante da nossa parte e da parte dos credores”, segundo o ministro, é trocar a atual dívida por uma nova, com novos

títulos valendo taxas de juros menores — por exemplo 5%, o que daria um desconto de 30%.

— Esses títulos teriam uma garantia qualquer, o que seria um alto negócio para nós, para os países, para os bancos, para todo mundo. É a forma lógica que o mercado está apontando — opinou. — Já fizeram desconto no valor das ações dos bancos. Já fizeram desconto fazendo as reservas... são três descontos que fizeram, todos no mesmo sentido, e só conseguem criar uma dívida nominal e uma dívida real. A nominal é 100 e a real cai todo dia — disse ainda o ministro, explicando, assim, porque a situação da dívida piorou bastante desde 1982, com a relação dívida-exportação subindo de 285 bilhões de dólares para 360 bilhões de dólares (mais de 30%) nos dez países devedores.

Bresser concedeu entrevistas na sede da Sociedade Mexicana de Crédito (Somex), onde esteve duas horas acompanhando Sarney, e também no *hall* de entrada do Hotel Camiño Real, onde está hospedada toda a comitiva brasileira. Segundo ele, *spread* zero, 7,2 bilhões de dólares e a não vinculação com o FMI caracterizam uma “negociação convencional, que não resolve”. O que não seria convencional mas lógico, seria, justamente, obter o desconto da dívida.

Tranquilo diante da avaliação que o FMI fará, no dia 9 de setembro, do desempenho da economia brasileira — “ela será favorável” —, o ministro disse que a proposta de conversão da dívida ficará pronta “em uns 15 dias” e que já no início de setembro o ex-presidente do Banco Central e atual consultor do governo para a dívida externa, Fernão Bracher, irá a Europa, enquanto o assessor econômico do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, irá ao Japão e aos Estados Unidos. No próximo dia de 26 setembro, o próprio Bresser deverá estar em Washington.

O ministro admitiu que “o Federal Reserve (banco central americano) gostava

de que fôssemos ao FMI”, mas voltou a lembrar que, por terem ido ao Fundo, Argentina, México e Filipinas estão agora com dificuldades para ajustar seu crescimento econômico interno.

— Enquanto o fundo tiver todo esse poder em cima dos países, ele não vai mudar. Agora, no momento em que ele tiver menos poder, em que ele não estiver vinculado com os bancos, a coisa muda. O Brasil está colaborando neste sentido.

Economia interna — Segundo Bresser, a taxa de inflação de agosto deverá ficar, pelo IBGE, entre 4% e 5% — “como estamos dizendo há muito tempo” — e, pelo Fipe, em 3,8%. A calma com que falou sobre isto, contudo, não se reproduziu quando soube que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, havia dito em São Paulo que “ou o Brasil acaba com o déficit público ou o déficit público acaba com o Brasil”.

— Eu também acho... e, para acabar com o déficit, os empresários precisam ajudar o Brasil a acabar com os subsídios. Estou esperando que os empresários brasileiros, liderados pelo Amato, apresentem uma proposta para acabar com o déficit público. E também uma proposta para aumentar os impostos, pois ele sabe muito bem que a taxa tributária é muito pequena no nosso país — respondeu Bresser.

— E a greve dos trabalhadores, ministro? — perguntou um repórter.

— E vai ter greve? — ironizou Bresser.

Segundo ele, o governo não vai permitir que os reajustes salariais sejam repassados aos preços, a não ser dentro do limite estabelecido pelo decreto do Plano Bresser: 100% de INPC na data-base de cada categoria. “Se alguma empresa quiser dar mais do que isto, inclusive o resíduo salarial, pode e deve, mas sem repassar aos preços”. E voltou a defender um acordo entre patrões e empregados para o combate à inflação, “que é um objetivo comum”.



Sarney e De la Madrid assinam hoje acordo visando o futuro mercado comum latino

Cidade do México — Reuters